


A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM DEBATE: A QUESTÃO DO IDEB EM SANTA CATARINA E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS EM CURSO**THE QUALITY OF EDUCATION IN DEBATE: THE IDEB ISSUE IN SANTA CATARINA AND CURRENT GOVERNMENTAL ACTIONS****LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN EN DEBATE: LA CUESTIÓN DEL IDEB EN SANTA CATARINA Y LAS ACCIONES ACTUALES DEL GOBIERNO** <https://doi.org/10.56238/rcsv15n12-006>

Data de submissão: 18/11/2025

Data de aprovação: 18/12/2025

Adriani ErkmannMestranda em Ciências da Educação
Instituição: Ivy Enber Christian University
E-mail: adriani@sed.sc.gov.br**RESUMO**

Este artigo analisa a qualidade da educação básica em Santa Catarina (SC), destacando a estagnação dos resultados do IDEB entre 2011 e 2023, especialmente nos Anos Finais e no Ensino Médio. O estudo buscou identificar fatores explicativos presentes na literatura e examinar as estratégias adotadas pela Secretaria de Estado da Educação (SED/SC) entre 2023 e 2026 para enfrentar esse cenário. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, baseou-se na análise histórica do IDEB e em revisão bibliográfica sobre eficácia escolar. As evidências indicam que a melhoria dos resultados depende sobretudo da qualificação docente, da gestão pedagógica e das condições socioeconômicas, não havendo relação direta entre aumento de gastos e desempenho. Observou-se que, embora o governo tenha implementado ações estruturais — como formação continuada e expansão do ensino técnico — também adotou medidas administrativas de curto prazo, voltadas ao ajuste do fluxo escolar. Conclui-se que a evolução do IDEB requer priorizar políticas focadas na aprendizagem, e não apenas na melhoria estatística.

Palavras-chave: IDEB. Qualidade da Educação. Políticas Educacionais.**ABSTRACT**

This article analyzes the quality of basic education in Santa Catarina (SC), emphasizing the stagnation of IDEB results between 2011 and 2023, especially in the Final Years (Anos Finais) and High School (Ensino Médio). The study aimed to identify explanatory factors present in the literature and examine the strategies adopted by the State Secretariat of Education (SED/SC) between 2023 and 2026 to confront this scenario. The research adopted a qualitative and exploratory approach, based on the historical analysis of IDEB and a bibliographic review on school effectiveness. The evidence indicates that improving results primarily depends on teacher qualification, pedagogical management, and socioeconomic conditions. Crucially, the analysis found no direct relationship between increased spending and performance. Although the government implemented structural actions—such as continued training and the expansion of technical education—it also adopted short-term administrative measures focused on adjusting school flow. The conclusion drawn is that the evolution of IDEB requires prioritizing policies centered on learning, rather than just statistical improvement.

Keywords: IDEB. Education Quality. Educational Policies.

RESUMEN

Este artículo analiza la calidad de la educación básica en Santa Catarina (SC), destacando el estancamiento de los resultados del IDEB entre 2011 y 2023, especialmente en los últimos años de la educación primaria y secundaria. El estudio buscó identificar los factores explicativos presentes en la literatura y examinar las estrategias adoptadas por la Secretaría de Educación del Estado (SED/SC) entre 2023 y 2026 para abordar este escenario. La investigación, con un enfoque cualitativo y exploratorio, se basó en el análisis histórico del IDEB y una revisión de la literatura sobre la eficacia escolar. La evidencia indica que la mejora de los resultados depende principalmente de la cualificación docente, la gestión pedagógica y las condiciones socioeconómicas, sin una relación directa entre el aumento del gasto y el rendimiento. Se observó que, si bien el gobierno implementó acciones estructurales —como la formación continua y la expansión de la educación técnica—, también adoptó medidas administrativas de corto plazo destinadas a ajustar el flujo escolar. Se concluye que la evolución del IDEB requiere priorizar políticas centradas en el aprendizaje, y no solo en la mejora estadística.

Palabras clave: IDEB. Calidad de la Educación. Políticas Educativas.

1 INTRODUÇÃO

Há décadas o Brasil busca a melhoria da qualidade da educação. Hoje, a democratização do ensino não parece ser mais o maior desafio, mas sim, a melhoria dos índices educacionais.

Desde 2007, o principal instrumento para mensurar e avaliar a qualidade do ensino no Brasil é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB é um indicador que combina o desempenho dos estudantes nas avaliações do Sistema de Avaliação Básica (SAEB) e as taxas de aprovação escolar. (INEP, 2023).

Nos últimos anos, no entanto, diversos estados brasileiros, incluindo Santa Catarina (SC), apresentaram oscilações e queda nos índices do IDEB. (SANTA CATARINA, 2025a). Tal constatação levanta o debate sobre as causas do mau desempenho ou do avanço muito tímido destes estados, assim como o rumo das políticas educacionais. Este estudo irá se debruçar mais especificamente sobre o estado catarinense, suas especificidades e as estratégias para avançar na melhoria dos seus índices educacionais.

Embora Santa Catarina figure entre os estados brasileiros com melhores indicadores socioeconômicos, apresentando elevados níveis no Índice de Desenvolvimento Humano² e desempenho produtivo, enfrenta desafios persistentes no campo educacional. A análise de seus resultados no IDEB ao longo da última década revela uma estagnação, e por vezes, um certo declínio em determinados períodos, a partir de 2011.

A análise histórica do IDEB em Santa Catarina entre 2011 e 2023 revela um cenário em que as Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) apresentam melhores resultados que nas outras etapas de ensino, mas que obtiveram uma leve queda em seus resultados, de 6.5 em 2011 para 6.4 em 2023. Já as Séries Finais do Ensino Fundamental apresentaram números mais modestos, ficando em 5.2 em 2011 e 2023, tendo oscilado negativamente entre esse período. Já o Ensino Médio, possui os números mais baixos nesse índice, ficando em 4.2 em 2011 e 2023, oscilando negativamente entre esse período (SANTA CATARINA, 2025a).

Enquanto os Anos Iniciais em Santa Catarina mostraram estabilidade em um patamar elevado (6.4 e 6.5), os Anos Finais (5.1 e 5.2) e o Ensino Médio (4.1 a 4.2) apresentaram resultados que não conseguiram atingir as metas nacionais ou estaduais. (Brasil, 2024)

Santa Catarina, apesar de ter tradição de bons resultados na educação, não conseguiu acompanhar a melhora de outras unidades da federação. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), os estados que demonstraram uma das maiores evoluções, especialmente nos Anos Iniciais, foram Alagoas (AL) e Ceará (CE), saindo de índices mais baixos em 2011 para atingir ou superar a meta nacional em 2023. Ceará, por exemplo, nos anos iniciais

apresentava o IDEB de 5,3 em 2011 para 6.3 em 2023 (acima da meta nacional de 6.0); nas séries finais, de 4.1 em 2011 para 5.5 em 2023 (alcançando a meta nacional de 5.5). Somente no Ensino Médio, o estado do Ceará não atingiu a meta nacional (5.2), mas teve uma elevação de 3.7 em 2011 para 4.3 em 2023. (INEP, 2023)

Buscando compreender a trajetória recente do IDEB em Santa Catarina, o presente estudo realizou uma revisão bibliográfica articulada ao levantamento de dados estatísticos oficiais. Essa investigação tem como objetivo identificar, no período analisado, as principais interpretações presentes na literatura sobre as causas da estagnação ou da baixa evolução do índice no estado. Estudos nacionais que comparam o desempenho dos estados brasileiros, como os de Alves et al. (2020), destacam que a variação do IDEB decorre de múltiplos fatores estruturais, envolvendo desde desigualdades socioeconômicas até limitações de gestão das redes de ensino.

Nesse sentido, este artigo também se propõe a identificar e analisar as estratégias recentemente adotadas pelo governo de Santa Catarina para enfrentar esse cenário, especialmente no período da atual administração (2023-2026). Assim, a investigação buscará compreender em que medida as ações implementadas no estado se alinham às evidências apresentadas pela revisão da literatura e quais caminhos podem contribuir para a retomada da evolução do IDEB catarinense.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ESTUDOS E REFLEXÕES SOBRE OS INDICADORES PARA ALÉM DOS RECURSOS FINANCEIROS

Um dos estudos nacionais utilizados para a revisão da literatura deste trabalho foi o de Alves et al. (2020) que apresenta uma análise multifacetada sobre o IDEB no Brasil, detalhando tanto a sua função quanto os resultados recentes, com foco especial no estado de Santa Catarina.

O estudo de Alves et al. (2020), ao analisar a eficiência do gasto em educação nos municípios brasileiros entre 2011 e 2017, traz evidências relevantes para compreender o desempenho de Santa Catarina no IDEB. Os autores mostram que os investimentos em educação só produzem resultados depois de alguns anos: o gasto por aluno de quatro anos atrás melhora o IDEB, enquanto o gasto do ano atual não gera efeito imediato. Essa constatação é particularmente importante para SC, cuja trajetória recente de estagnação no índice sugere que políticas de curto prazo podem ser insuficientes para elevar o desempenho.

Além disso, o estudo aponta que fatores ligados à qualidade docente e ao apoio familiar — como maior qualificação dos professores, acompanhamento das tarefas escolares e nível de escolaridade das mães — estão associados a melhores resultados. Santa Catarina, embora apresente bons indicadores socioeconômicos, enfrenta desafios relacionados à desigualdade entre municípios, o

que pode explicar diferenças internas nos resultados do IDEB (Alves et al., 2020).

Os autores também identificam elementos que reduzem a eficiência, como altas taxas de distorção idade/série, maior proporção de alunos residentes na zona rural e desempenho historicamente menor entre estudantes do sexo masculino. Esses fatores também se fazem presentes em parte dos municípios catarinenses, indicando que a melhoria do IDEB no estado depende não apenas de investimentos financeiros, mas de ações estruturais voltadas ao fluxo escolar, ao acompanhamento pedagógico e ao enfrentamento das desigualdades territoriais (Alves et al. 2020).

Embora muitas análises foquem apenas o que acontece dentro da escola, Dourado (2007) lembra que as políticas educacionais vão além do espaço escolar. Para ele, é essencial considerar o papel social da escola, sua organização, sua cultura e a forma como é gerida. A gestão educacional tem características próprias e não pode ser reduzida a uma lógica puramente administrativa ou de custo-benefício. Além disso, o autor defende que uma educação de qualidade social não pode ser medida apenas pelo desempenho dos estudantes em avaliações, nem usada para criar rankings entre escolas.

Dourado, Oliveira e Santos (2007), apontam que a qualidade, quando se trata de educação, é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, como: condições de vida dos alunos e suas famílias; contexto social, cultural e econômico; fatores intraescolares (professores, diretores, projeto pedagógico, recursos, instalações e ambiente escolar).

As evidências apresentadas por Tertulino e Almeida (2025), reforçam a compreensão de que o desempenho escolar no Brasil é fortemente condicionado por fatores sistêmicos. O modelo desenvolvido pelos autores, integrou informações de quatro dimensões — estudantes, professores, escolas e diretores — permitindo identificar, com maior precisão, os elementos que mais influenciam a aprendizagem e, por consequência, os resultados do IDEB. Os resultados revelaram que o nível socioeconômico médio da escola é o fator mais determinante para o desempenho, superando variáveis individuais de estudantes e características isoladas de professores ou gestores. Essa conclusão foi obtida através de uma análise de importância de *features* que "identifica inequivocamente o nível socioeconômico médio da escola como o preditor mais dominante, demonstrando que fatores sistêmicos em nível escolar têm um impacto maior no desempenho do que características individuais isoladas" (Tertulino e Almeida, 2025, p 2). Esse achado reforça a centralidade do contexto social ampliado no processo educativo, indicando que desigualdades estruturais se reproduzem dentro do ambiente escolar e condicionam o alcance de melhores resultados. Além disso, indicadores de capital cultural familiar, como a escolaridade de mães e pais, mostraram-se altamente relevantes, confirmando que a aprendizagem depende também das condições culturais e educacionais de origem dos estudantes (Tertulino e Almeida, 2025).

Outro conjunto de variáveis com forte impacto está relacionado aos fatores institucionais,

especialmente o percentual de professores com formação adequada e a participação dos alunos nas avaliações, que sinaliza engajamento e organização interna das escolas. Em conjunto, esses achados sustentam a conclusão de que o desempenho acadêmico é um fenômeno essencialmente sistêmico, resultante da interação entre condições socioeconômicas, capitais culturais e estruturas institucionais. (Tertulino e Almeida, 2025). Para a análise do IDEB em Santa Catarina, tais evidências ajudam a compreender por que políticas centradas apenas no aumento de gasto ou em ações isoladas tendem a ter impacto limitado, apontando a necessidade de estratégias integradas e de longo prazo.

Apesar de Santa Catarina figurar historicamente entre os estados com melhor desempenho no IDEB — ocupando, por exemplo, o segundo lugar nas séries iniciais e o primeiro nas séries finais em 2011 — análises realizadas em municípios catarinenses de pequeno porte indicam que os bons resultados estaduais não se distribuem de forma homogênea pelo território. Um estudo conduzido em 25 municípios do Alto Vale do Itajaí, no período de 2011 a 2014, apresentado na pesquisa “Aplicação de Recursos Públicos no Ensino Fundamental: será que o gasto interfere no desempenho?” (Fabre et al., 2017), revelou um achado central que dialoga com pesquisas recentes em eficiência educacional: não há relação direta entre o volume de gasto público por aluno e o desempenho escolar, medido pela taxa de aprovação e pelo IDEB.

A investigação mostrou uma expressiva disparidade no gasto anual por aluno — chegando a uma diferença de 462% entre o menor e o maior investimento observado. Ainda assim, os indicadores de rendimento escolar se mantiveram elevados na maior parte dos municípios analisados. Em casos ilustrativos, como o de Rio do Oeste/SC, verificou-se que, mesmo com o menor gasto per capita da amostra, o município alcançou uma taxa de aprovação superior à média regional. Da mesma forma, Ibirama/SC destacou-se como o único município a superar as metas projetadas pelo MEC tanto em 2011 quanto em 2013 e, ainda, apresentar crescimento no índice, apesar de registrar o menor gasto por aluno em 2011 e o segundo menor em 2013, mostrando que não há correlação significativa entre montante investido e qualidade aferida pelo IDEB (Fabre et al., 2017).

Desse modo, os resultados sugerem que o desempenho educacional na região depende menos do volume total de recursos aplicados e mais da eficiência da gestão e da alocação estratégica dos investimentos. Fatores como qualificação docente, práticas pedagógicas, contexto socioeconômico dos estudantes e organização da gestão escolar aparecem como elementos decisivos para explicar diferenças de desempenho entre municípios, mesmo quando operam com recursos desiguais. No recorte analisado, apenas Ibirama e Taió atingiram as metas previstas para 2011 e 2013, e apenas Ibirama e Rio do Sul apresentaram evolução no índice entre os dois ciclos avaliados, demonstrando que os resultados positivos não seguiram um padrão proporcional ao gasto (Fabre et al., 2017).

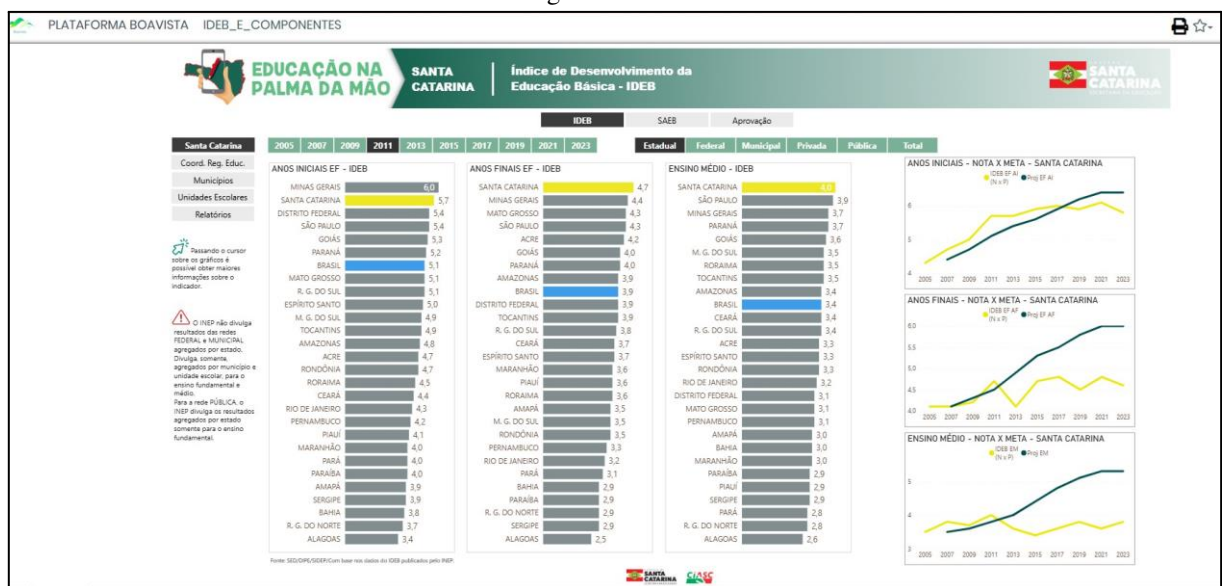
Em síntese, a análise dos municípios do Alto Vale do Itajaí evidencia que, embora Santa

Catarina apresente desempenho elevado no cenário nacional, o IDEB em nível local não responde de maneira linear à variação do gasto público. Essa constatação reforça a importância de aprofundar a investigação sobre fatores pedagógicos, organizacionais e socioeconômicos que influenciam os resultados educacionais, aspecto que será retomado ao longo deste artigo ao examinar estratégias adotadas pelo estado para qualificar seus indicadores.

2.2 O CENÁRIO DO IDEB EM SC

Os dados apresentados através da Plataforma Boa Vista Gestão (BVG), ferramenta de inteligência de dados da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (CIASC/SED/SC), usada para gestão educacional, mostra que, desde 2011, Santa Catarina vem perdendo ano a ano, posição no ranking do IDEB entre os entes federados. Abaixo, a colocação de Santa Catarina no ranking do IDEB em 2011.

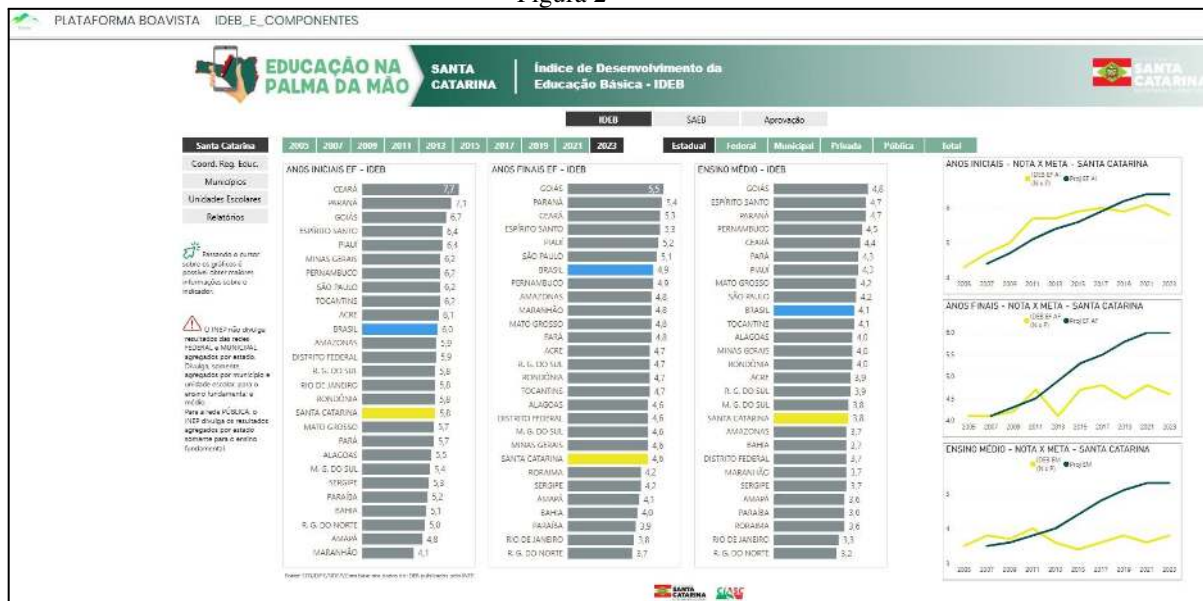
Figura 1



Fonte: SANTA CATARINA, 2025a

A seguir, a colocação de Santa Catarina no ranking do IDEB em 2023.

Figura 2



Fonte: SANTA CATARINA, 2025a

Diante deste cenário, o governo catarinense, através da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), se viu compelido a organizar um pacote de medidas e estratégias para a melhoria dos resultados.

A pesquisa aqui apresentada aborda, mais detalhadamente, quais foram essas medidas e, até que ponto elas atentam para os estudos já realizados sobre o tema para embasar a formulação das suas políticas públicas para a educação catarinense.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo seguiu uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico-descritivo, estruturada em diferentes movimentos complementares. Inicialmente, realizou-se uma análise dos indicadores do IDEB de Santa Catarina entre os anos de 2011 e 2023, com base nos gráficos disponibilizados pela plataforma Boa Vista Gestão, CIASC/SED/SC, disponibilizados em 2025. Essa etapa preliminar permitiu observar tendências, oscilações e padrões no desempenho do estado ao longo do período, despertando o interesse em investigar as possíveis razões que sustentam tais resultados.

A partir dessa constatação inicial, buscou-se situar Santa Catarina em uma perspectiva comparada, levantando dados de outros estados brasileiros para compreender a posição catarinense no cenário nacional. Essa comparação auxiliou na identificação de comportamentos semelhantes ou divergentes entre as diferentes unidades federativas e contribuiu para ampliar a compreensão do fenômeno estudado.

Em seguida, procedeu-se à revisão bibliográfica. A literatura científica foi acessada em bases

como SciELO, CAPES e Google Scholar para a identificação de autores pertinentes ao tema. As obras selecionadas foram lidas e analisadas criticamente, possibilitando o levantamento de possíveis causas, interpretações e hipóteses discutidas por diferentes estudiosos da área.

Com base nas evidências teóricas e nas hipóteses levantadas, empreendeu-se a análise das políticas e medidas anunciadas e implementadas recentemente pelo governo de Santa Catarina com o objetivo de melhorar o desempenho educacional no estado. Essa etapa envolveu o levantamento e a leitura de documentos oficiais, reportagens institucionais, portarias, programas e ações da Secretaria de Estado da Educação.

Por fim, foi realizada uma análise integrativa, articulando os dados empíricos, a literatura especializada e as informações provenientes das políticas públicas catarinenses. Esse processo permitiu interpretar os resultados, avaliar as medidas adotadas pelo governo e elaborar conclusões sustentadas tanto pelas evidências consultadas quanto pelas reflexões produzidas ao longo da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

4.1 O IDEB EM SC DIANTE DOS DADOS DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

O IDEB constitui o principal instrumento adotado pelo Ministério da Educação (MEC) para monitorar a qualidade da educação básica. Ele é o resultado dos números da aprovação escolar, mais o desempenho dos alunos nas provas aplicadas - Prova Brasil/SAEB. O MEC utiliza o índice do IDEB para avaliar a qualidade da educação, acompanhar o progresso nas redes, definir metas e orientar a aplicação de políticas públicas na educação. Na prática, cada escola e rede de ensino tem uma meta de IDEB definida pelo INEP. A ideia é que o Brasil alcance a média 6.0 - nível de qualidade equivalente aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE³) (INEP, 2023).

Desde 2011, o panorama do IDEB no Brasil tem revelado avanços graduais, porém marcados por profundas desigualdades regionais e por períodos de estagnação. Nas séries iniciais do ensino fundamental, o país apresentou crescimento mais consistente ao longo da década, impulsionado principalmente pela elevação das taxas de aprovação; contudo, esse avanço não se refletiu de forma equivalente nas séries finais, onde o progresso foi mais lento e irregular. No ensino médio, os resultados têm mostrado os maiores desafios, com variações pouco significativas e desempenho frequentemente abaixo das metas projetadas pelo Ministério da Educação (INEP, 2023).

De acordo com os dados apresentados pela Plataforma Boa Vista Gestão CIASC/SED/SC (2025)⁴, entre os anos de 2011 a 2023, Santa Catarina (foco da pesquisa), mostra uma certa estagnação e até, um certo recuo no Ensino Fundamental, séries finais, e no Ensino Médio, conforme tabela a seguir:

Tabela 1

EVOLUÇÃO DO IDEB EM SC ENTRE 2011-2023			
ANO	Anos Iniciais EF (1º ao 5º)	Anos Finais EF (6º ao 9º)	Ensino Médio
2011	5,7	4,7	4,0
2013	5,7	4,1	3,6
2015	5,9	4,7	3,4
2017	6,0	4,8	3,6
2019	5,9	4,5	3,8
2021	6,1	4,8	3,6
2013	5,8	4,6	3,8

Fonte: SANTA CATARINA, 2025a

A pesquisa também buscou números de outros estados como referência. A comparação dos dados de Santa Catarina com os de outros estados e a média nacional é fundamental para uma avaliação estratégica e contextualizada do desempenho educacional catarinense. Essa comparação revela a posição real de Santa Catarina no cenário educacional brasileiro, expondo tanto os seus avanços, quanto os desafios mais urgentes.

Para uma análise mais didática, a pesquisa separou os dados nas três categorias de ensino, apenas com outros quatro estados melhor colocados, conforme seguem as tabelas abaixo:

Tabela 2

IDEB nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5ºano) 2023: Comparação de SC com os 4 estados brasileiros com os melhores resultados			
UF	IDEB	Ranking	Brasil
Ceará	7,7	1º	6,0
Paraná	7,1	2º	6,0
Goiás	6,7	3º	6,0
Espírito Santo	6,4	4º (Empate)	6,0
Santa Catarina	6,4	4º (Empate)	6,0

Fonte: SANTA CATARINA, 2025a

Nos Anos Iniciais, Santa Catarina está entre os cinco melhores estados do Brasil, empatando com o Espírito Santo com a nota 6,4. Os líderes são Ceará (7,7), Paraná (7,1) e Goiás (6,7).

Tabela 3

IDEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9ºano) 2023: Comparação de SC com os 4 estados brasileiros com melhores resultados			
UF	IDEB	Posição	Média Brasil
Goiás	5,5	1º	5,0
Paraná	5,4	2º	5,0
Ceará	5,3	3º (Empate)	5,0
Espírito Santo	5,3	3º (Empate)	5,0
Santa Catarina	4,7	14º	5,0

Fonte: SANTA CATARINA, 2025a

Os dados acima demonstram que o desempenho do estado Catarinense é muito inferior nos Anos Finais do Ensino Fundamental, tendo ficado, em 2023, na décima quarta posição no ranking nacional do IDEB. O mesmo acontece com o Ensino Médio, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 4

IDEB no Ensino Médio 2023: Comparação de SC com os 4 estados brasileiros com os melhores resultados			
UF	IDEB	Posição	Média Brasil
Goiás	4,8	1º	5,0
Espírito Santo	4,7	2º (Empate)	5,0
Paraná	4,7	2º (Empate)	5,0
Ceará	4,4	4º	5,0
Santa Catarina	4,0	12º	5,0

Fonte: SANTA CATARINA, 2025a

Apesar de Santa Catarina apresentar indicadores educacionais robustos, na última década, vem perdendo posições no ranking nacional. Pode-se perceber uma tendência de estagnação ou mesmo, um certo recuo em certos períodos, não acompanhando as melhorias que outros estados conseguiram implementar em suas redes de ensino.

Diante deste cenário, o governo catarinense vem tentando implantar um pacote de medidas para reverter esse quadro. Adiante, a pesquisa buscou descobrir e analisar quais as principais estratégias adotadas pelo atual governo estadual (2023-2026) através da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina.

4.2 ESTRATÉGIAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA (SED/SC) PARA O ALCANCE DAS METAS DO IDEB

Nesta seção, são apresentadas as principais ações implementadas pela SED/SC voltadas para a melhoria do IDEB. O foco desta pesquisa recai sobre o período correspondente ao atual mandato do governador Jorginho Mello (2023-2026).

4.2.1 Programa Educação Levada a Sério

O governo do estado de SC, por meio da Secretaria de Estado da Educação, lançou o Programa Educação Levada à Sério como o maior pacote de investimentos da história da educação estadual, com recursos na ordem de R\$ 4 bilhões, conforme divulgado pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED, 2025).

Os recursos serão distribuídos entre os 4 eixos estratégicos, cada um voltado para uma dimensão distinta da educação pública estadual. São eles: a. Escola Boa; b. Qualifica SC; c. CaTec; e d. Transforma SC.

a. Escola Boa (Eixo 1): é apontado como o mais robusto em termos de volume de recursos. Segundo o CONSED (2025), estima-se que mais de R\$ 3,5 bilhões sejam destinados a esse eixo. Trata-se da melhoria da infraestrutura física, manutenção, conectividade, uniformes e kits escolares. A Assessoria da Secretaria de Estado da Educação (2025), divulgou que até agosto de 2025, 198 obras estavam em andamento em nas escolas de todo o estado catarinense, 148 obras em processo de licitação e outros 507 processos tramitando em fase de contratação de empresas para atender as demandas diversas nas 1.038 escolas da rede estadual catarinense (CONSED, 2025).

Um dos aspectos considerados importantes no eixo Escola Boa é o investimento na melhoria da rede elétrica das escolas. Tal investimento permitirá a disponibilização de wi-fi e equipamentos tecnológicos, a climatização das salas de aula e a vigilância eletrônica.

b. Qualifica SC (Eixo 2): Segundo a CONSED (2025), este eixo é voltado para a melhoria da aprendizagem, permanência e fluxo escolar, formação de professores, valorização profissional e medidas de suporte à saúde mental dos trabalhadores da educação. Esse eixo abrange diversas frentes de atuação.

Entre as ações, estão a aplicação de simulados em larga escala para diagnóstico da rede estadual, com foco em Português e Matemática, nas séries do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio; Segundo o CONSED (2025), a meta é diagnosticar as deficiências da aprendizagem e preparar os alunos para provas externas, ou seja, o SAEB (2º, 5º e 9º anos) e ENEM (Ensino Médio), avaliações que servem de referência para o cálculo do IDEB.

Outra frente, segundo a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA

CATARINA (2024), diz respeito à valorização dos profissionais da educação. Em 2024, efetuou-se o maior concurso público anunciado para contratação de servidores para o magistério catarinense. Segundo a Secretaria de Educação de SC, foram abertas mais de 10.000 vagas, dessas, mais de 6.000 seriam para contratação imediata e o restante, para cadastro reserva.

O governo ainda pretende implementar, para o ano de 2026, a Escola de Formação para Gestores e Professores. O projeto pretende formar professores por área de conhecimento durante todo o ano de 2026, assim como gestores da rede estadual de ensino, totalizando, 64 horas de curso no formato híbrido. A Escola de Formação irá qualificar todos os 50 mil professores da rede estadual e mais de cinco mil diretores e equipes pedagógicas das unidades escolares (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, 2025a)

Ainda em relação à valorização docente, foi lançado através do Diário Oficial de SC, o Decreto n.º 1.213, de 6 de outubro de 2025. Este Decreto tem o objetivo de regulamentar a concessão da "Indenização Qualifica+" para os integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual e aos Professores em caráter temporário (ACTs). O principal critério para o recebimento da indenização é a presencialidade do professor/servidor das unidades escolares, pois ele vincula a assiduidade dos mesmos ao direito do seu recebimento ao final do ano (SANTA CATARINA, 2025c).

Outro programa do mesmo eixo é o Programa de Recomposição de Aprendizagem. Este programa busca superar a defasagem do período pandêmico que os estudantes da rede estadual de ensino tiveram. As ações desse programa são desenvolvidas pelos professores dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, 2025b). Segundo a Secretaria, o programa será implementado de forma gradativa através de sua estrutura organizacional, mas não apresenta maiores detalhes do programa.

c. Cursos Técnicos Gratuitos CaTec (Eixo 3)

O CaTec (abreviação de Catarinense Técnico) é um programa da SED/SC que busca ampliar a oferta de cursos técnicos para estudantes do Ensino Médio de forma gratuita. Lançado no início de 2024, pelo decreto Decreto N° 469, de 9 de fevereiro de 2024, (SANTA CATARINA, 2024) o programa visa garantir que os estudantes da rede estadual concluam o Ensino Médio com o diploma de conclusão e, pelo menos, uma certificação técnica. Desde sua criação, o CaTec registrou um aumento de 150% nas matrículas de estudantes em cursos técnicos na Rede Estadual de Ensino.

O CaTec integra a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ao Ensino Médio, permitindo que o estudante saia da escola com até dois diplomas de cursos profissionalizantes e o diploma do Ensino Médio. Os cursos são ofertados nas formas concomitante (para estudantes matriculados a partir da 2ª série do Ensino Médio) e subsequente (para aqueles que já concluíram o Ensino Médio). A carga

horária dos cursos varia entre 800 e 1.300 horas/aula. As aulas ocorrem no contraturno do Ensino Médio. (SANTA CATARINA, 2024b).

Inicialmente, o programa ofereceu cerca de 10 cursos técnicos nas áreas de Gestão e Negócios, como Administração, Logística, Contabilidade, Comércio, Comércio Exterior, Qualidade, Recursos Humanos, Marketing, Vendas e Transações Imobiliárias (SANTA CATARINA, 2024). Em 2025, novas vagas abrangem 14 cursos técnicos em áreas como tecnologia, produção alimentícia, industrial e infraestrutura. A seleção dos cursos a serem ofertados em cada unidade escolar é baseada nas vocações econômicas de cada região e nas demandas do mercado local. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, 2025b)

O programa foi lançado com a previsão de disponibilizar cerca de 40 mil vagas. O Governo do Estado iniciou com a intenção de chegar a 2026 com 100 mil vagas no ensino técnico. O processo seletivo para ingresso nos cursos é realizado em uma única etapa, por sorteio eletrônico. Há reserva de 50% das vagas disponíveis por curso técnico para candidatos que se enquadrem nos grupos autodeclarados étnico-raciais e/ou pessoas com deficiência, em observância a leis federais (SANTA CATARINA, 2024).

Relacionando os esforços do estado com estudos já existentes, a pesquisa analisou os estudos de Vasconcelos e Falcão (2022). Os autores analisam o Ensino Técnico Integrado e afirmam que o objetivo do mesmo deve ir além das prerrogativas do mercado de trabalho. Segundo os autores, o Ensino Técnico Integrado deve buscar potencializar um olhar crítico sobre as condições históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas. Deve ter um caráter humanista, científico e tecnológico, direcionada para a formação cidadã, ética, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento sustentável, não se preocupando somente em atender as demandas de mercado. Os autores ainda chamam a atenção para o desafio do Ensino Técnico Integrado da coleta de dados isolados e desatualizados dos egressos e da eficácia dos programas técnicos.

À luz da pesquisa de Vasconcelos e Falcão (2022), o CaTec apresenta potencialidades e desafios. Isso porque sua implantação ainda é bastante recente (2024). Por um lado, reconhece a importância de respeitar a vocação da região inserida na oferta de cursos para os jovens estudantes, mas por outro, ainda não tem um *feedback* sobre a real inserção dos jovens no mercado de trabalho local, nem tão pouco, prevê um mecanismo de acompanhamentos dos egressos. Outro aspecto, é que o programa do CaTec está vinculado a uma política do atual governo estadual, o que pode comprometer sua continuidade a longo prazo.

d. Transforma SC (Eixo 4)

O último eixo do Programa Educação Levada a Sério, o Transforma SC, Segundo a própria SED, é o programa responsável por acompanhar a prestação das contrapartidas relacionadas ao

Programa Universidade Gratuita⁵ e ao Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (FUMDESC)⁶, articulando profissionais formados com benefícios recebidos para retribuir investimentos em formação superior em ações de desenvolvimento social no estado (SED/SC, 2025).

Apesar de o eixo *Transforma SC* compor oficialmente a estrutura do programa Educação Levada a Sério, lançado pelo Governo de Santa Catarina a partir de 2024, não foram localizados documentos públicos que detalhem seu plano de implementação, tais como portarias, resoluções, cronogramas de execução, metas operacionais ou relatórios de acompanhamento. As informações disponíveis concentram-se em comunicados institucionais gerais e matérias de divulgação, que descrevem o Transforma SC como o eixo voltado à articulação entre educação superior, contrapartidas sociais e desenvolvimento comunitário. No entanto, não há registros normativos ou relatórios técnicos divulgados pela Secretaria de Estado da Educação (SED/SC) que explicitem como essas ações serão operacionalizadas, monitoradas ou avaliadas. Essa ausência de documentação pública limita a análise mais aprofundada da política e dificulta a compreensão precisa de seu estágio de implementação no estado.

4.2.2 Medidas administrativas e a produção artificial de indicadores educacionais em SC

Além das ações do Programa Educação Levada à Sério, há outras ações coordenadas de formas mais pontuais. Em 2024, O Ofício Circular nº 247/2024/SED/DIEN formalizou novas orientações sobre a avaliação dos estudantes da rede estadual, estabelecendo a Média Global (SANTA CATARINA, 2024b). A média global seria calculada para fins de aprovação do estudante que não atingisse a média mínima de 6,0 em um ou mais componentes curriculares. Para calcular a média global, a escola deveria somar as notas finais de todas as matérias (componentes curriculares) cursadas pelo estudante e dividir esse total pela quantidade de componentes. Se a média geral do aluno for alta o suficiente (devido ao bom desempenho nas demais matérias), essa média global poderia ser usada para aprovar o aluno, mesmo que ele tenha ficado com nota abaixo de 6,0 em alguma disciplina específica. (SANTA CATARINA, 2024b)

Dada a fragilidade de Santa Catarina nos índices de Ideb de Anos Finais e Ensino Médio, a rápida implementação de uma política que garante o avanço do aluno (média global) pode ser vista como uma resposta estratégica para maquiagem o baixo desempenho em proficiência com a melhoria do fluxo. Embora o documento defenda intenções progressistas de avaliação holística, o resultado prático é uma medida que, ao evitar a retenção, ajuda a sustentar o Ideb do estado em categorias onde o desempenho de aprendizado real é deficitário.

O novo Ofício Circular Nº 254/SED/DIEN, datado de outubro de 2025, traz uma mudança

drástica em relação ao documento anterior, revogando a Média Global, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. No lugar desta, foi determinada a implementação da Progressão Parcial para os estudantes das 1ª e 2ª séries do Ensino Médio. A Progressão Parcial é um mecanismo que permite ao estudante avançar para a série seguinte mesmo com pendência em disciplinas, o que é um método claro para facilitar o fluxo escolar (SANTA CATARINA, 2025b).

O ofício também instruiu as unidades escolares a "intensificar a recomposição das aprendizagens e o acompanhamento pedagógico dos estudantes, a fim de evitar a retenção destes". (SANTA CATARINA, 2025b) O objetivo de "evitar a retenção" é colocado como a finalidade imediata dessas ações. É imposto um esforço ainda maior para a série final, devendo-se "promover novas oportunidades de aprendizagens ao longo do ano letivo ao estudante da 3ª série do Ensino Médio, de modo a garantir a sua aprovação". (SANTA CATARINA, 2025b). Há a determinação explícita de "aprovação automática dos estudantes do Programa de Fortalecimento da Aprendizagem", confirmando o uso de mecanismos burocráticos para garantir o avanço do aluno. A SED instrui a gestão escolar a realizar a "sensibilização dos professores para o melhor entendimento das consequências da reprovação", sugerindo uma política institucional que visa desestimular a retenção por parte do corpo docente.

Em suma, a transição da Média Global para a Progressão Parcial, juntamente com a instrução de garantir a aprovação e sensibilizar contra a reprovação, demonstra que o foco operacional da SED está em reduzir as taxas de retenção e maximizar o fluxo de estudantes. Esta última ação da SED/SC ainda não foi implementada na rede estadual de ensino, uma vez que sua aplicação está prevista para o ano de 2026.

Nos últimos anos, observa-se que a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina tem adotado um conjunto de medidas voltadas ao aumento das taxas de aprovação na rede estadual, especialmente diante da pressão por melhores resultados nos indicadores educacionais. Nesse contexto, a Portaria SED nº 737 de 29 de março de 2023, publicada no Diário Oficial de Santa Catarina no dia 31 de março daquele ano, emerge como um marco importante, ao institucionalizar o uso do "CC" (Conselho de Classe) — um recurso de registro qualitativo no sistema SISGESC que permite ajustes nas médias dos estudantes com base em critérios formativos deliberados pelos Conselhos de Classe (SANTA CATARINA, 2023).

Este instrumento, instituído em uma fase de transição de governo (iniciada em 2022 mas formalizada apenas em 2023), permite que, com base na decisão dos Conselhos de Classe, os professores possam inserir nos sistemas de registro escolar, a pontuação necessária para que o estudante seja aprovado nos casos em que não tenha conseguido alcançar o desempenho mínimo esperado.

Embora apresentado como um instrumento para valorizar dimensões não capturadas pelas

avaliações tradicionais (participação nas aulas, engajamento ao longo do ano, esforço contínuo e outros aspectos qualitativos), o CC também tem sido interpretado por parte das escolas como uma estratégia que, na prática, flexibiliza os critérios de aprovação, contribuindo para elevar os índices de rendimento escolar. Essa ambivalência entre intenção pedagógica e efeito estatístico evidencia a complexidade das políticas adotadas pela SED/SC, que buscam simultaneamente qualificar o processo avaliativo e responder às demandas por melhoria dos indicadores oficiais.

4.3 UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SC

A questão da qualidade educacional e o desempenho no IDEB são fenômenos multifacetados, complexos e sistêmicos que extrapolam a dinâmica intraescolar e a simples alocação de recursos.

Diversos estudos apontam que o volume de recursos investidos por aluno não apresenta uma relação direta ou linear com o desempenho escolar, medido por indicadores como o IDEB ou pelas taxas de aprovação. (DOURADO, 2007). Mais determinante que o montante aplicado é a forma como a gestão educacional organiza, distribui e utiliza esses recursos, evidenciando que a eficiência administrativa e a alocação estratégica dos investimentos têm impacto mais significativo nos resultados. (Alves et al, 2020) Além disso, pesquisas indicam que os efeitos de políticas de financiamento educacional tendem a se manifestar apenas no médio e longo prazo — geralmente com uma defasagem de até quatro anos —, o que significa que ações pontuais ou gastos imediatos dificilmente produzem mudanças substanciais no desempenho dos estudantes em curto prazo (Alves et al, 2020).

Nesse sentido, algumas ações recentes adotadas pelo Governo de Santa Catarina dialogam diretamente com esse conjunto de recomendações. O concurso público do Qualifica SC — divulgado como o maior da história da rede estadual — representa um movimento alinhado às pesquisas que associam estabilidade profissional, formação adequada e valorização docente ao desempenho acadêmico dos estudantes. Da mesma forma, a criação da Escola de Formação para gestores e professores reforça a importância da formação continuada como instrumento para aperfeiçoar práticas pedagógicas, fortalecer a gestão escolar e reduzir desigualdades entre unidades de ensino, aspectos amplamente reconhecidos na literatura sobre eficácia escolar. (DOURADO, 2007)

Outro eixo relevante das políticas implementadas pelo estado diz respeito ao monitoramento da aprendizagem e ao enfrentamento das lacunas decorrentes do período pós-pandemia. A aplicação periódica de simulados em larga escala, aliada ao Programa de Recomposição das Aprendizagens, revela um esforço para diagnosticar com precisão as dificuldades dos estudantes e intervir de maneira estruturada, especialmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática — fundamentais para o

cálculo do IDEB e frequentemente apontadas como pontos críticos pelas redes de ensino. Além disso, a expansão do ensino técnico por meio do CaTec, ainda que não tenha impacto direto no IDEB, aborda uma fragilidade histórica da etapa do Ensino Médio. Integrar a Educação Profissional e Tecnológica ao currículo regular contribui para o aumento do engajamento e da permanência dos jovens na escola, ao mesmo tempo em que oferece uma formação mais conectada às demandas sociais e econômicas das regiões. Quando bem implementada, essa integração fortalece não apenas a formação profissional, mas também o desenvolvimento científico e cidadão dos estudantes.

Apesar de algumas iniciativas estruturais apresentarem potencial para contribuir com a melhoria dos indicadores educacionais de Santa Catarina, parte das estratégias adotadas pela gestão atual da SED SC suscita preocupações quanto ao foco excessivo na elevação do fluxo escolar em detrimento da aprendizagem efetiva. Mecanismos como o uso do CC, da média global, da progressão parcial e de orientações administrativas que priorizam a aprovação tendem a modificar artificialmente as taxas de rendimento sem garantir avanços reais na proficiência. A literatura é enfática quanto aos riscos dessas medidas: segundo Dourado (2007), “a qualidade da educação não pode ser reduzida a resultados imediatos ou à lógica de rankings”, sob pena de se produzir indicadores que ocultam dificuldades pedagógicas. Assim, ao privilegiar a aprovação em lugar do aprendizado, corre-se o risco de inflar indicadores sem produzir transformações significativas no desempenho dos estudantes.

Outras ações também demonstram fragilidades quando analisadas à luz da literatura especializada. O investimento massivo de 3,5 bilhões em infraestrutura (programa Escola Boa), embora essencial, sozinho é duvidoso como estratégia primária para o IDEB. A literatura demonstra que não há correlação significativa entre o volume de gasto e a qualidade aferida pelo IDEB; a eficiência da gestão e a alocação estratégica são mais importantes (Alves et. al. 2020). A melhoria da infraestrutura gera impacto limitado se não for acompanhada de foco pedagógico e qualificação docente.

A política de indenização Qualifica+, que vincula bônus à assiduidade docente, também apresenta limitações. Vincular um bônus à presencialidade/assiduidade docente é uma medida gerencial de curto prazo. Embora a assiduidade seja importante, o estudo de Alves et al. (2020) aponta que os fatores que geram melhores resultados estão ligados à qualificação e apoio familiar, e não apenas à presença física, indicando que este é um fator isolado e não estrutural para a melhoria da aprendizagem.

A potencialidade do CaTec é ofuscada pela ausência de um mecanismo de acompanhamento dos egressos. Vasconcelos e Falcão (2022) alertam para o desafio da coleta de dados isolados e desatualizados sobre a eficácia dos programas técnicos. Sem *feedback* sobre a real inserção dos jovens no mercado local ou se o programa está alinhado à formação cidadã e humanista, a sua validade de longo prazo para a educação catarinense é incerta e pode comprometer sua continuidade

O eixo Transforma SC carece de normativas públicas, portarias e relatórios que permitam avaliar sua execução, o que fragiliza sua transparência. Como argumenta Oliveira (2011), a ausência de documentação formal “compromete a avaliação das políticas educacionais e impede o controle social sobre sua implementação”. Em conjunto, essas limitações sugerem a necessidade de maior clareza, rigor técnico e articulação pedagógica para que tais ações possam, de fato, contribuir para a melhoria dos indicadores catarinenses.

Por fim, as medidas que estão diretamente relacionadas ao fluxo e rendimento escolar, tendo grande impacto no cálculo do IDEB, que combina proficiência e aprovação:

- Uso do "CC" (Portaria SED nº 737/2023): Permite o uso de um recurso de registro qualitativo que ajusta as médias dos estudantes com base na deliberação do Conselho de Classe, aprovando o aluno mesmo sem o desempenho mínimo esperado. Embora valorize aspectos formativos, é interpretado como uma flexibilização dos critérios de aprovação para elevar índices de rendimento escolar. O uso do "CC" se torna duvidoso (ou passível de crítica) justamente porque, ao manipular a taxa de aprovação para evitar a retenção, a medida foca na melhoria do rendimento escolar estatístico, em detrimento do que Dourado (2007) chama de qualidade social.

A política de fluxo flexível, como o uso do "CC", corre o risco de ser uma resposta estratégica de curto prazo para "maquiar o baixo desempenho em proficiência" com a melhoria artificial do fluxo escolar. Se o aluno é aprovado (elevando o componente "aprovação" do IDEB) sem ter alcançado o desempenho mínimo esperado (ou seja, sem proficiência real), a escola e a rede estão priorizando o "ranking" do IDEB sobre a aprendizagem efetiva.

- Média Global (Ofício Circular nº 247/2024): permitia a aprovação de alunos com nota abaixo da mínima em disciplinas específicas desde que a média geral fosse suficiente, representa um movimento claro de ajuste do fluxo escolar para impactar positivamente um dos componentes do IDEB: a taxa de aprovação. Embora essa medida tenha sido revogada em 2025, sua breve implementação e posterior substituição pela Progressão Parcial revelam uma prioridade administrativa em reduzir as taxas de retenção e maximizar o fluxo de estudantes.

Ao priorizar o cálculo estatístico da aprovação (o fluxo) sobre a proficiência efetiva em componentes curriculares específicos, essa política contraria o entendimento de Dourado (2007) de que a qualidade não deve ser reduzida ao "rendimento escolar". O IDEB combina proficiência e aprovação; ao elevar artificialmente a aprovação sem o correspondente avanço na aprendizagem, a Média Global ajuda a sustentar o IDEB do estado em categorias onde o desempenho de aprendizado real é deficitário.

Os estudos de Alves et al. (2020) reforçam que as políticas que geram impacto positivo e significativo nas notas do IDEB são aquelas focadas em fatores estruturais como a qualificação dos professores e ações estruturais voltadas ao fluxo escolar e ao acompanhamento pedagógico. A Média

Global, por outro lado, funcionava como um mecanismo burocrático para garantir a progressão, o que não se alinha com as estratégias de longo prazo necessárias para uma melhoria sustentável, segundo as evidências da literatura.

Sobre a Progressão Parcial estabelecida pelo Ofício Circular nº 254/2025, mesmo que ele instrua a "intensificar a recomposição das aprendizagens", o objetivo final declarado é "evitar a retenção destes". Esse foco administrativo no fluxo reforça a interpretação de que se trata de uma estratégia de curto prazo.

Assim como a Média Global revogada, a Progressão Parcial, aliada às instruções de "garantir a aprovação", pode ser interpretada como uma "resposta estratégica para maquiar o baixo desempenho em proficiência com a melhoria do fluxo". Essa tática ajuda a sustentar o IDEB do estado nas categorias mais frágeis (Ensino Médio e Anos Finais), onde o desempenho real de aprendizado (proficiência) é deficitário.

Pode-se perceber um desalinhamento com Fatores Estruturais de Longo Prazo: A literatura, como o estudo de Alves et al. (2020), demonstra que os investimentos e políticas educacionais geram impacto positivo e significativo nas notas do IDEB apenas no longo prazo (com defasagem de quatro anos). As melhorias sustentáveis dependem de ações estruturais como a qualificação dos professores, o acompanhamento pedagógico e o foco na aprendizagem. Ao concentrar esforços na "Progressão Parcial" e na "não-retenção" como foco imediato, a política pode desviar a atenção do investimento estrutural em proficiência, que é o motor real e duradouro da qualidade, conforme as evidências citadas.

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou analisar a trajetória recente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Santa Catarina (SC) e avaliar em que medida as estratégias governamentais adotadas entre 2023 e 2026 se alinham às evidências da literatura sobre a melhoria sustentável da qualidade educacional

O presente estudo conclui que a estratégia do governo catarinense para melhorar o IDEB opera em uma tensão fundamental: de um lado, estão os investimentos estruturais e de longo prazo (Qualifica SC), essenciais para uma melhoria real e sustentável; de outro, estão as políticas de ajuste do fluxo (Progressão Parcial, "CC"), que oferecem a ilusão de resultados imediatos, mas comprometem o foco pedagógico e a qualidade do aprendizado. Para que Santa Catarina retome a evolução do IDEB de forma substantiva, é imprescindível que as políticas focadas na qualificação (proficiência) se sobreponham à prioridade administrativa de ajuste estatístico (fluxo).

A principal contribuição do trabalho reside em mapear essa ambivalência e alertar que o sucesso do Programa Educação Levada a Sério dependerá da capacidade da gestão em sustentar os

investimentos estruturais, mesmo diante da ausência de resultados imediatos do IDEB, e em reverter a dependência de mecanismos que buscam a produção artificial de indicadores. Recomenda-se para estudos futuros a análise do impacto real da Progressão Parcial e do "CC" na proficiência dos alunos aprovados e a eficácia do acompanhamento dos egressos do programa CaTec.

REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro Jorge Holanda; ARAÚJO, Jevuks Matheus; FRIO, Gustavo Saraiva; CORDEIRO, Lyvia Cabral. Uma análise dos resultados educacionais dos estados brasileiros. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 31, n. 78, p. 742-775, set./dez. 2020.
doi:10.18222/ae.v31i78.7073

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resultados e metas do IDEB**. Brasília, DF: INEP, 2024.

CONSED. Relatório Nacional do Programa Escola Boa. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007

DOURADO, Luiz Fernandes (Coord.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A Qualidade da Educação: conceitos e definições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 65 p. (Série Documental. Textos para Discussão, ISSN 1414-0604)

INEP: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB: Notas Estatísticas 2023. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

Fabre, V. V.; Schlup, D.; Pandini, J. Aplicação de recursos públicos no ensino fundamental: será que o gasto interfere no desempenho? *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 16, n. 47, p. 42-50, 2017

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas educacionais e gestão democrática: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 116, p. 323-339, 2011.

SANTA CATARINA. CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina; SED – Secretaria de Estado da Educação. *Plataforma BoaVista Gestão: painel de indicadores do IDEB*. Dados referentes ao período 2011-2023. Acesso institucional, 2025a.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. *Portaria SED nº 737, de 29 de março de 2023. Regulamenta a Avaliação da Aprendizagem na Educação Básica e Profissional da Rede Pública Estadual de Ensino*. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 29 mar. 2023.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Ensino. Ofício Circular nº 247/2024/SED/DIEN. Florianópolis, 21 nov. 2024a.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Ensino. Ofício Circular nº 254/2025/SED/DIEN. Florianópolis, out. 2025b.

SANTA CATARINA. *Decreto nº 1.213, de 6 de outubro de 2025. Institui a indenização do Qualifica+*. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 6 out. 2025.
Disponível em: <https://portal.doe.sea.sc.gov.br/repositorio/2025/20251006/Jornal/22613.pdf> Acesso em: 24 nov. 2025c.

SANTA CATARINA (Estado). *Decreto n° 469, de 9 de fevereiro de 2024.* Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, edição extra n° 22202-A, 9 fev. 2024b.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. *Concurso público 2024 — Editais N° 1739 e 1740/SED/2024.* Santa Catarina: SED/SC, 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. *Governador institui escola de formação inédita e acompanha início das atividades de qualificação para professores e gestores da rede estadual.* Florianópolis, 19 nov. 2025a. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/governador-institui-escola-de-formacao-inedita-e-acompanha-inicio-das-atividades-de-qualificacao-para-professores-e-gestores-da-rede-estadual/> Acesso em: 24 nov. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. SC lança Programa de Recomposição das Aprendizagens. Florianópolis, 2025b. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/sc-lanca-programa-de-recomposicao-das-aprendizagens/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

TERTULINO, Rodrigo; ALMEIDA, Ricardo. *A Multi-level Analysis of Factors Associated with Student Performance: A Machine Learning Approach to the SAEB Microdata.* Pré-publicação, 2025. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2510.22266>. Acesso em: 8 dez. 2025.

VASCONCELOS, Ada Raquel da Fonseca; FALCÃO, Nádia Maciel. **A Educação profissional técnica integrada ao Ensino Médio, a Política de Acompanhamento de Egresso e a Juventude: diálogos possíveis?** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 38, 2022. DOI: 10.21573/vol38n002022.111921